



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO COMO TECNOLOGIA SOCIAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PONTA DO TUBARÃO EM DIOGO LOPES (RN)

Clarice Tavares Fonseca¹
Juliana Costa Jeremias²
Maria Helena Faustino Bulhões³
Rosângela Alves de Oliveira⁴

Resumo: Este presente relato de experiência abarca a temática da Economia Solidária através do processo de implementação de um BCD em Diogo Lopes/RN, o qual objetiva auxiliar o crescimento econômico e o desenvolvimento social da comunidade. O Serviço Social nesse panorama se insere contribuindo com a sua dimensão pedagógica.

Palavras-chave: Economia solidária. Tecnologia Social. Banco Comunitário. Serviço Social.

Abstrac: This present experience report covers the theme of Solidarity Economy through the process of implementing a BCD in Diogo Lopes / RN, which aims to help economic growth and social development of the community. The Social Work in this panorama is inserted contributing to its pedagogical dimension.

Keywords: Solidary economy. Social Technology. Community Bank. Social Work.

INTRODUÇÃO

O nascimento do capitalismo industrial, isto é, a adoção em massa de máquinas nas fábricas ocasionou um ônus à classe operária europeia desse contexto. Não atribuindo ônus ao desenvolvimento das forças produtivas, mas a desregulamentada e desorganizada inserção do maquinário, esse momento do grande capital foi responsável por um massivo desemprego na época. É nesse cenário de precarização da vida que se gesta a economia solidária, partindo, então, da necessidade objetiva dessa gama de trabalhadores de recuperar seu trabalho e, conseqüentemente, possuir renda para sua subsistência e reprodução. Dessa forma, ela é fruto da organização dos operários em movimentos sociais e sindicatos e se estruturou enquanto uma forma de resistência frente às conformações do sistema capitalista. Assim, segundo Paul Singer, a economia solidária “[...] nega a separação entre trabalho e

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <mh.bulhoes@hotmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <mh.bulhoes@hotmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <mh.bulhoes@hotmail.com>.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <mh.bulhoes@hotmail.com>.

posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo.” (SINGER, 2002, p. 4). Nela os operários, em sistema de cooperativas, se constituem enquanto proprietários da empresa/fábrica.

O movimento da economia solidária no Brasil, diferente de como acontece na Europa, se configura como resposta à crise do início dos anos oitenta. Assim, se na Europa o surgimento dela é impulsionado pelo desemprego mediante o desenvolvimento tecnológico, no caso brasileiro se dá por meio do desemprego oriundo do processo falimentar das fábricas em contexto de crise do capital. Diante disso, explica Singer (2002) sobre a origem dessa tecnologia social no Brasil:

O fechamento de empresas e a demissão de numerosos trabalhadores prosseguem durante os anos 80 e 90, as duas décadas perdidas. Pouco a pouco se desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades, oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho. O sindicato, como representante legal dos trabalhadores, intervém perante a justiça e promove a formação duma associação dos empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa (SINGER, 2002, p. 7).

Assim sendo, é esse *arrendamento* das empresas por parte dos trabalhadores, através da organização em sindicatos, que constitui o piso da economia solidária no país. Contudo, é necessário reconhecer fundamentalmente que esse processo inicial – o arrendamento – não foi de todo pacífico e livre de complexidades, mas se fez necessária uma sistemática luta do movimento operário tanto frente às organizações do Estado quanto de sensibilização e conscientização dos demais trabalhadores, visto que a economia solidária se estrutura por meio de um coletivo, nesse caso, os operários em situação de desemprego.

A partir das diversas organizações dos trabalhadores, sobretudo mediante os sindicatos, referentes à questão e do amadurecimento dela no decorrer dos anos 80 e 90, aconteceu em São Paulo, no ano de 1994, o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Onde, segundo Singer (2002), se foi estudada a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). Esta surge com o intuito de colaborar com os trabalhadores nesse regime de trabalho – autogestão –, mas também para assessorar novos empreendimentos da mesma natureza.

A Anteag foi crescendo ininterruptamente. Com o êxito das primeiras empresas solidárias, foram se multiplicando as iniciativas de sindicatos e trabalhadores no mesmo sentido e para viabilizá-las solicitavam a assistência dos técnicos e formadores da Anteag. A partir de 2000, a Anteag começou a ser contratada também por governos que decidiram dar prioridade à economia solidária (SINGER, 2002, p. 10).

Em 2000 é fundada, também a partir da organização popular dos trabalhadores em sindicatos, a UNISOL Cooperativas, desenvolvendo atividades semelhantes a Anteag.

A Unisol conta com uma Incubadora de Cooperativas Populares, suportada pela Prefeitura de Santo André e ligada à Fundação Santo André (instituição municipal de ensino superior). As cooperativas criadas e amparadas pela Incubadora possivelmente se integrarão à Unisol, que tenderá a se expandir, impulsionada pelos mesmos fatores que explicam o grande crescimento da Anteag: o desemprego em massa, a intensificação da concorrência que leva empresas antigas e de envergadura à crise e eventualmente à falência; o êxito das cooperativas de produção que sucederam a empresas que fecharam possivelmente reforça a confiança dos trabalhadores de que em suas mãos elas têm grandes chances de ressuscitar (SINGER, 2002, p. 12-13).

Além das organizações de associação das cooperativas, em 2003 é instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como um dos produtos do primeiro Fórum Social Mundial (FSM). No fórum mundial, associações brasileiras e trabalhadores, vinculados a cooperativas e aos princípios da economia solidária, formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária, de onde partiu a iniciativa do fórum nacional. O grupo também foi responsável pela carta que reivindicou a elaboração de uma política de economia solidária no ano de 2002, a qual foi elaborada na primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária. O FBES atualmente está organizado em todo país, segmentado em fóruns estaduais e municipais, apoiando cerca de 3.000 empreendimentos de economia solidária.

Diante do que foi exposto, vale ressaltar que as organizações de economia solidária, os fóruns nacionais, estaduais e municipais e a política e programas nacionais específicos de tema são respostas às organizações e reivindicações dos movimentos de trabalhadores e sindicatos. Ademais, se configuram como uma alternativa e resistência da classe trabalhadora diante do modo de produção capitalista.

2 INICIATIVA DO BANCO COMUNITÁRIO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PONTA DO TUBARÃO

A iniciativa de implementação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (RDSEPT) acontece a partir da aproximação da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É necessário frisar que a INICIES afirmou o papel social da pesquisa e extensão universitária, contribuindo com o desenvolvimento regional ao longo dos anos, por acreditar que a Instituição precisa estar em consonância com os rumos de políticas públicas que visem o combate à pobreza em nosso país.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Ponta do Tubarão foi criada por iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da Lei nº 8.349 de 18 de

julho de 2003, tendo por finalidade a preservação da natureza e, ao mesmo tempo, ser um espaço que assegure as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, como também, de aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações, como é exposto no Art. 2º da referida Lei.

Com as ações pautadas no apoio ao turismo de base comunitária no ano de 2016, a Incubadora deu suporte a inúmeras iniciativas realizadas dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável e contribuiu coletivamente para o fortalecimento da população residente na localidade. Em 2017, as ações da Incubadora seguem um viés mais específico, no qual durante alguns encontros com a comunidade foram realizadas algumas discussões que apontavam o anseio da população por uma ação inovadora, com maior potencial e visando agregar a juventude.

A partir desse aspecto, percebeu-se que a comunidade passa por um constante progresso no sentido de buscar novas alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população local. Ficou clara a necessidade e a pretensão de buscar novas idealizações que oportunizassem o aperfeiçoamento de atividades já desenvolvidas na Reserva, mas que pudessem estimular a criação de outras possibilidades.

Nesse sentido, apresentou-se a proposta da tecnologia social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) como uma alternativa para o fortalecimento do processo organizativo local. Diante disso e considerando o desejo da comunidade, a INICIES realizou uma discussão com os dirigentes da Reserva, cujo desdobramento foi a realização de uma reunião ampliada com representantes do comércio local para pautar a discussão dos Bancos Comunitários. Esse projeto de empreender uma tecnologia social na comunidade está para além da amplitude do espaço em meio à natureza, mas de contribuir efetivamente para o processo organizativo e desenvolvimento local.

A pesca artesanal movimenta a economia e é a base da subsistência de várias famílias que residem na localidade. Há uma alta produção pesqueira advinda, principalmente, do alto-mar representada pela variedade de peixes. Entretanto, há uma escassez de iniciativas que se proponham a gerir um melhor aproveitamento daquilo que é consumido na comunidade, introduzindo um valor agregado a fim de ampliar a rotatividade econômica das famílias e fortalecer a qualidade de vida dessa população.

Nesse sentido, a Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários adentra essa realidade a fim de auxiliar no incremento da renda local e na melhoria da qualidade de vida da população por meio das iniciativas da economia solidária. A economia solidária tem

como uma de suas bases o desenvolvimento social e econômico em conjunto, ou seja, a população inserida participa de todas as tomadas de decisões que venham a ser significativas para a comunidade.

No ano de 2018 foram executadas algumas iniciativas na comunidade de Diogo Lopes, distrito de Macau/RN. Nessas ações, foram realizadas reuniões com os dirigentes da Reserva e com representantes de grupos organizados na comunidade com o intuito de fomentar esse processo de desenvolvimento e implementação do Banco Comunitário e, ainda, com o objetivo de informar e discutir com a população a importância da criação de um BCD na RDSEPT.

Durante esse processo, é efetiva a participação dos dirigentes da Reserva nos processos formativos (mesa redondas, encontros, minicursos, intercâmbios) sobre a temática oferecida pela INICIES e pela Rede de Bancos Comunitários, discutindo, sob uma perspectiva crítica, alternativas que possibilitem melhores condições de vida e trabalho aos moradores da comunidade.

As atividades executadas na RDS Ponta do Tubarão estão pautadas na coleta de dados, mediante preenchimento de um formulário socioeconômico, a fim de identificar quais são as principais demandas da população, no que diz respeito ao consumo e produção dos entrevistados. O mapeamento socioeconômico utiliza duas ferramentas próprias que são o *mapa de consumo* (formulário aplicado às famílias, a fim de referenciar quais alimentos são mais consumidos, roupas, gastos pessoais como energia, água, dentre outras especificidades) e o *mapa de produção* (instrumento aplicado aos empreendimentos existentes, na perspectiva de identificar lacunas e potencialidades produtivas).

O instrumento de pesquisa passou por vários ajustes, considerando os apontamentos feitos pela própria comunidade, no intuito de adequá-lo para a realidade local. Ou seja, esse processo possibilita descobrir quais as particularidades de cada comunidade. No caso da Reserva Ponta de Tubarão, identificou-se que, por ser uma comunidade tradicional pesqueira, as questões relacionadas à produção estão basicamente voltadas para essa vertente. É um aspecto específico a produção de objetos ou o trabalho com insumos e objetos referentes a essa atividade profissional. Salienta-se que a comunidade participou de todas essas atividades, considerando a construção do processo de forma dialógica e participativa.

Nesse sentido, a partir desse processo de aplicação e análise multidimensional das especificidades dos formulários, identificou-se que um Banco Comunitário de Desenvolvimento na localidade auxiliaria no desenvolvimento econômico da população,

também auxiliaria no fortalecimento dos processos participativos. Os formulários estão sendo gradativamente analisados, considerando que o processo ainda não está completo.

Durante a realização das ações, os encaminhamentos estavam sempre pautados na elaboração de material e divulgação das atividades de sensibilização realizadas dentro da comunidade. Além do apoio da população na aplicação dos formulários e visitas domiciliares realizadas, com o intuito de estabelecer uma relação estreita entre os moradores e a comunidade acadêmica, considerando que as atividades são coletivas e compreendem um processo dinâmico e participativo. Com isso, foi possível perceber o interesse dos sujeitos envolvidos no processo de mobilização, que se mostram esperançosos nesse processo de fomento econômico e social oportunizado pela criação de um Banco Comunitário na Reserva Ponta do Tubarão. Esse interesse possibilitou a articulação com algumas instituições que se tornaram parceiras e que compuseram uma *Rede de Apoio e Articulação à Reserva*, na qual estão sendo desenvolvidas atividades de mobilização e formativas para e com a população.

A partir desse panorama, é possível identificar que a vivência na elaboração desse processo possibilita um conhecimento e aproximação com a comunidade tradicional, de ações que são próprias da dinâmica das famílias que residem na Reserva, como a pesca, “mariscagem” e atividades culturais. Há o reconhecimento da população enquanto sujeito político e articulador dos processos participativos de mobilização social, caracterizando essas ações como atividades valiosas para os envolvidos no processo organizativo. Essa proposição surge para agregar positivamente na realidade vivenciada por eles.

Portanto, fica evidente que para a população da Reserva, a dinâmica de empreender o Banco Comunitário de Desenvolvimento como tecnologia social é capaz de promover o desenvolvimento territorial, dando novas possibilidades para a ascensão da Reserva Sustentável Ponta do Tubarão, não apenas voltadas para o desenvolvimento econômico, mas também pensando no processo organizativo local e no protagonismo dessa comunidade tradicional.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE DA RDSEPT

A categoria trabalho, na perspectiva da economia popular e solidária, adentra como uma forma de transformar a realidade existente, visto que, no seu ser constitutivo estão incluídas as concepções de emancipação política, econômica e social da comunidade envolvida. Nesta perspectiva, é preciso fomentar processos que sejam permeados pela lógica da necessidade coletiva, tendo como eixo colaborativo central a comunidade, na medida em que se constitui como planejadora do seu próprio desenvolvimento.

Podemos dizer que essas são práticas educativas que, segundo Oliveira (2012), se alcançarem a autonomia e o protagonismo dos setores empobrecidos, podem ser ponto de partida para que seja contemplado um novo paradigma de desenvolvimento, sendo este nomeado de desenvolvimento sustentável e solidário.

Entretanto, em uma sociedade na qual o pensamento hegemônico é rente às proposições do capitalismo, não é usual reconhecer o lugar estratégico das comunidades e nem a perspectiva emancipatória que a Economia Solidária se propõe. Isso faz com que desconstruir esse pensamento seja uma tarefa complexa e necessite de um processo pedagógico sistemático, abarcado por uma intensa articulação de fomentar essa discussão dentro da própria comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável em Ponta do Tubarão que dialogue, principalmente, com as populações empobrecidas para que essas ferramentas possam, efetivamente, contribuir com o desenvolvimento local e fomentar o anseio da comunidade em consolidar a ideia da implementação do Banco Comunitário na reserva.

Essas proposições também acrescentam a relevância do avanço para o conhecimento por meio do estudo sobre a realidade da comunidade da RDSEPT nos seus diferentes contextos de vivência e como a população vem se desdobrando frente às expectativas do trabalho no futuro. Sendo possível visualizar, por meio de uma reflexão crítica, a segregação social pertinente.

Nesse aspecto, o conhecimento produzido a partir (e com) os empreendimentos de Economia Solidária carrega elementos diferentes do conhecimento científico convencional. Entendemos que o conhecimento apresenta os valores e interesses predominantes no contexto no qual foi desenvolvido e, por isso, não é neutro. Os trabalhadores e trabalhadoras dos Empreendimentos Econômicos Solidários, tal como a comunidade inserida no processo de implementação do Banco Comunitário, são atores historicamente excluídos da produção de conhecimento, além de sofrerem de maneira latente os rebatimentos do capital.

A Economia Solidária tem por seu fundamento a autogestão, constituída como bandeira histórica do movimento. O cooperativismo e a autogestão, partindo de um modelo de organização e qualidade democrática do trabalho, apresentam uma maneira de gerar renda e empregabilidade, envolvendo o sujeito em sua dimensão política e social. Apresentando uma articulação notória com o Serviço Social, primeiro por em seu projeto ético-político ter como eixo central o posicionamento em prol da classe trabalhadora, segundo por ser uma categoria inserida nas contradições do sistema capitalista e que emerge na mediação frente à problemática da questão social.

Se atualmente é possível ter uma maior amplitude para a explicação das expressões da “questão social”, nosso objeto de trabalho, superando a aparência, embora esta seja o nosso ponto de partida, é pela cadeia de mediações constituídas por meio de referenciais teórico-metodológicos que contemplam e remontam a totalidade da realidade social, a qual se pauta em valores ético-políticos (PRATES e CARRARO, 2017).

Nesse sentido,

[...] o Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda – que constituem a Economia Popular Solidária –, visando à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e ao fortalecimento destes empreendimentos coletivos (GOERCK, 2006, p.7).

Com isso, a dinâmica do processo de constituição do Banco Comunitário, tal qual é proposto, deve interagir com a realidade da comunidade da Reserva de desenvolvimento sustentável em Ponta do Tubarão, incitando o movimento de identificar as problemáticas da localidade por uma perspectiva de totalidade. Sendo esta uma das categorias fundantes dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tais considerações, este relato consistiu em uma reflexão pontuada em acreditar veementemente em uma nova economia frente às expressões da questão social que permeiam o capitalismo na sociedade. Compreendendo o Serviço social como uma categoria que deve manter assíduo o debate em torno das políticas públicas de economia solidária e mediar a concepção da perspectiva coletiva, a fim de corroborar a necessidade efetiva da consolidação do Banco Comunitário de Desenvolvimento da Reserva de Desenvolvimento sustentável em Ponta do Tubarão.

No que se refere aos resultados sociais esperados com a efetivação do Banco Comunitário na localidade, espera-se que o processo organizativo da comunidade seja fortalecido e que os atores sociais envolvidos possam estar em um constante exercício da autogestão por uma perspectiva emancipatória, possibilitando que estejam nos diversos espaços de controle social das políticas públicas de Economia solidária e tornem-se participantes das redes e fóruns, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Do ponto de vista econômico, a expectativa é que as ações possam contribuir de forma efetiva para o aumento de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Considerando a prerrogativa da coletividade e solidariedade dentro da comunidade, na medida em que o Banco Comunitário tende a fortalecer que a economia seja restabelecida para o interior da localidade.

No que se refere aos resultados ambientais, espera-se a promoção no interior da Reserva da importância da preservação ambiental, o fortalecimento dos experimentos de grupos de trabalho coletivo evitando a destruição do meio ambiente, o aumento na compreensão da preservação e manutenção de áreas ameaçadas, o uso de métodos alternativos para produção, evitando desperdícios. Quanto aos resultados tecnológicos, a expectativa é que se construam novos processos produtivos, gerenciais, inovação e produção de tecnologia voltada para o fortalecimento do Banco comunitário e da comunidade para a viabilização econômica e social dos grupos envolvidos. Compreendendo, por fim, que uma nova forma de economia é possível e deve ser consolidada mediante intensa articulação e debate com a sociedade, a fim de contrapor a ascensão desenfreada do capitalismo.

REFERÊNCIAS

GOERCK, Caroline. Serviço social e experiências de economia solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, R. A. **Universidade e Economia Solidária**: um diálogo necessário. Natal: EDUFRN, 2012. v. 01. p. 332.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo? *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Lei nº 8.349 de 18 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, na região de Barreiras e Diogo Lopes e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio Grande do Norte**, Natal, ano 70, n. 10.534, p.1, 2003.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.